



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-2 – Organização e Representação do Conhecimento

TIPO DOCUMENTAL SOB ANÁLISE DA SEMIÓTICA DISCURSIVA: CONTRIBUIÇÕES PARA A CRÍTICA DOCUMENTAL

DOCUMENTARY TYPE UNDER ANALYSIS OF DISCURSIVE SEMIOTICS: CONTRIBUTIONS TO DOCUMENT CRITICISM

Wilson Roberto Veronez Júnior – Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Alexandre Robson Martinês – Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Daniel Martinez Ávila – Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Sonia Maria Troitiño Rodriguez – Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: No campo da Arquivologia, a Diplomática e a Tipologia Documental são métodos de investigação que buscam analisar a autenticidade, veracidade, acurácia e a fidedignidade dos documentos gerados em decorrência de uma atividade administrativa, podendo ser armazenado em suporte físico ou digital, fatores que geram significação na organização dos documentos, bem como da informação. Já, a Semiótica oferece práticas que evidenciam a significação resultante das sistematizações a partir do Gênero Textual e Discursivo. Assim, este trabalho discute as possibilidades de colaboração da Semiótica para a Diplomática e Tipologia Documental, a partir de uma reflexão interdisciplinar. Também apresenta como avanço as contribuições da semiótica para autenticidade de todos os elementos abordados na atuação da Diplomática na análise de documentos, através da investigação dos valores de significação decorrentes dos níveis de imanência presentes na configuração de objetos-semióticos, que são evidenciados pelas cenas predicativas produzidas através dos níveis de pertinência da significação.

Palavras-chave: Diplomática; Tipologia Documental; autenticidade; semiótica discursiva.

Abstract: In the field of Archival Science, Diplomatics and Document Typology are application methods that seek to analyze and investigate the authenticity, veracity, accuracy and reliability of documents generated as a result of an administrative activity, which can be stored in physical or digital support, factors that generate significance in the organization of documents as well as information. On the other hand, Semiotics offers practices that show the meaning resulting from systematizations from the textual and Discursive Gender. Thus, this proposal discusses the possibilities of collaboration from Semiotics to Diplomatics and Documentary Typology, based on an interdisciplinary reflection. It also presents as an advance the contributions of semiotics to the authenticity of all the elements addressed in the performance of Diplomatics in document analysis, through the investigation of the values of meaning arising from the levels of immanence present in the configuration of semiotic-

objects, which are evidenced by the predicative scenes produced through the pertinence levels of the meaning.

Keywords: Diplomatics; Document Typology; authenticity; discourse semiotics.

1 INTRODUÇÃO

A Diplomática é uma ciência fundamentada na análise do ato de criação de documentos, no que diz respeito à origem e autenticidade. Sua evolução, intimamente vinculada à Arquivologia tem permitido o diálogo e interação com a Tipologia Documental. Frente a isso, a estrutura dos documentos reflete protocolos, hábitos e rotinas que fundamentam a autenticidade da informação inerente a um modelo documental previamente estabelecido. Assim, a criação e utilização de estruturas documentais gera significação, tornando-se, potencialmente, também objeto de estudos semióticos.

No âmbito arquivístico, o documento é oriundo de uma determinada atividade, dotado de validade jurídico-legal e fé pública. Essas características são tradicionalmente analisadas pela Diplomática, assim como pela Tipologia Documental. Já no âmbito do Gênero do Discurso e da Semiótica Discursiva, diferente abordagem do documento é realizada, na qual sua constituição não é analisada somente do ponto de vista funcional e estrutural, mas também a partir da construção de significação, perfazendo os elementos textuais e discursivos (texto, vocativo, redação, simulacros) e os simbólicos (autoridade produtora, selos, símbolos que representam o poder etc.).

Em geral, qualquer tipo de organização gera significação, evidenciada nas relações do plano da expressão. Dessa maneira, no presente trabalho aplicam-se as teorias do Gênero do Discurso, desenvolvida por Mikhail Bakhtin, bem como a Semiótica Discursiva, de Jacques Fontanille a fim de verificar a constituição de sentido decorrente da formatação do gênero textual e do gênero discursivo, estabelecendo uma relação interdisciplinar com a arquivística.

O objetivo geral deste trabalho é analisar fundamentos do gênero do discurso e da semiótica discursiva referente ao gênero textual e gênero discursivo a fim de contribuir para análise dos documentos e propor uma análise a partir de suas funções informacionais, bem como ainda: a) revisar e analisar os fundamentos teóricos sobre Diplomática, Tipologia Documental, Gênero do Discurso e Semiótica Discursiva; b) comparar perspectivas do tipo documental com o gênero textual a partir dos gêneros do discurso e da semiótica discursiva.

Em termos de metodologia, o trabalho foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica e com base em análise qualitativa: a) Fez-se o levantamento de materiais publicados sobre os temas envolvidos; b) Realizou-se uma análise de conceitos fundamentais em cada área para estabelecer um diálogo interdisciplinar; c) Estabeleceu-se interpretação a partir do cruzamento das informações e construção de inferências. Ao longo do processo de revisão bibliográfica foram consultados os seguintes termos: Diplomática Clássica, Diplomática Contemporânea, Tipologia Documental, Tipologia Textual, Gênero Textual, Gênero Discursivo, Classificação de Textos, Gêneros do Discurso e Semiótica Discursiva em português, inglês, espanhol e francês. Para o delineamento da pesquisa, não foi delimitado nenhum período temporal específico.

2 DIPLOMÁTICA E TIPOLOGIA DOCUMENTAL

Segundo Bellotto (1989, p. 11-12), a Diplomática é o ramo das ciências documentárias que se ocupa de atos escritos públicos, estudando-lhes as formas que lhes conferem validade legal, excluindo assim as fontes narrativas. A autora explica que neste ramo do conhecimento, há uma redação própria: o discurso diplomático do documento público com validade jurídico-legal.

Heredia Herrera (1991, p. 61) explica que a Diplomática se trata de uma ciência que investiga o documento, sua estrutura e suas cláusulas, a fim de estabelecer as diferentes tipologias documentais e sua gênese dentro das instituições, com a finalidade de analisar sua autenticidade e veracidade. De acordo com Cunha e Cavalcanti (2008), assim como para Cunha e Mascarenhas (2014), esse tipo de análise documental foi amplamente utilizado nos séculos XVII e XVIII pelas Ciências Jurídicas e pela História, para verificar se um documento era autêntico e original, mas atualmente o método se alargou, diante da utilização da Diplomática pela Arquivologia e as Ciências Documentais.

Segundo Bellotto (2002, p. 13), essa área ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. Trata, portanto, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso dos notários), são submetidos, para efeito de validade, à sistematização imposta pelo Direito. Tornam-se esses documentos, por isso mesmo, eivados de fé pública, que lhes garante a legitimidade de disposição e a obrigatoriedade da imposição, bem como a utilização no meio sociopolítico regido por aquele mesmo Direito. Assim, não é possível dissociar a diagramação

e a construção material do documento do seu contexto jurídico-administrativo de gênese, produção e aplicação.

Para Delmas (2010, p. 141), diplomática é a disciplina que, a partir de suportes e de documentos existentes, pretende constituir corpos de informações incontestáveis que os historiadores poderão utilizar para escrever uma história cientificamente fundada sobre fatos confirmados, na medida do possível. Já Rodrigues (2020, p. 57) entende que essa área surgiu ligada ao direito patrimonial, desenvolvendo um estudo sistematizado do documento escrito para provar a autenticidade dos títulos de terras do Estado e da Igreja.

Heredia Herrera (1991), a princípio, ressalta que a diplomática não tem por preocupação a organização da informação arquivística, porém ela visa lidar com a análise tipológica dos caracteres internos e externos e que dão autenticidade ao documento. Gomes (2013) sugere que a Diplomática é a ciência que estuda a estrutura formal dos documentos e seus caracteres, julgando a autenticidade e veracidade do documento. Estuda os caracteres extrínsecos (língua, redação, teor do documento, frases), e intrínsecas, como (datas, fórmulas e assinaturas).

Tognoli (2013, p. 677) esclarece que Mabillon, nessa discussão,

os definiu como caracteres intrínsecos e extrínsecos, descrevendo os primeiros como o conteúdo do documento que abrange, por sua vez, o estilo, o texto, os selos, a data e as assinaturas. Aqui, o texto compreendia as seguintes partições: (1) invocação (*invocatio*); (2) inscrição e titulação (*inscriptio e titulis*); (3) precação (*imprecationes*), (4) selos (*sigilla*), (5) subscrições (*subscriptiones*) e (6) datas (*nota chronologica*). Os caracteres extrínsecos compreendiam o material (matéria) sobre o qual eram escritos os documentos (pergaminho, papiro, tábuas de argila, chumbo, pedras) e o meio usado para inserir as escrituras ou símbolos nesse material (tinta).

Tognoli e Guimarães (2013), destacam que após essa publicação, outros importantes tratados e manuais de natureza diplomática surgiram mais especificamente em países europeus, como na França, Áustria, Alemanha e Itália, ao postularem conceitos e métodos para a crítica de documentos medievais contribuindo para a consolidação da Diplomática enquanto disciplina.

De forma clara, Teruya Júnior (2013, p. 17), ao discutir a estrutura formal dos atos escritos de origem notarial, explica que a Diplomática busca compreender o documento desde sua origem, analisando os motivos e como é a composição da sua produção.

Heredia Herrera (1991) e Bellotto (2015), indicam que embora a Diplomática seja uma disciplina científica, em muitos casos, ela é vista como uma disciplina auxiliar da Arquivística, juntamente com a Paleografia, Sigilografia, Neografia, Cronologia, e que elas fazem parte de

uma área maior, isto é, a História. Bellotto (1989), ainda sobre esse aspecto, lembra que isso influencia na percepção da diferença entre Tipologia Documental e Diplomática. Em alguns casos, são vistas como sinônimos, mas na realidade não o são. Do ponto de vista etimológico, segundo Rodriguez (2012), a Tipologia Documental se configura como um campo de estudo específico destinado à análise, estabelecimento e reconhecimento de elementos e padrões constituintes do tipo documental, isto é, os elementos ou caracteres internos e externos do documento.

Ruiperez (2015) traz uma noção de tipologia documental na qual é concebida a partir de uma evolução, com enfoques distintos dos estudos diplomáticos realizados sobre documentos medievais e modernos. Continua o autor, o tipo documental é imprescindível no ato de reconhecer e representar qualquer unidade documental, e sua denominação ajuda não só a estabilizar o nome de cada unidade documental, como também a série (RUIPÉREZ, 2015). Anteriormente, Heredia Herrera (2007) comentou que os tipos documentais são reconhecidos a partir dos testemunhos de diversas atividades do homem enquadradas dentro das também variadas instituições de onde se produzem. Assim, explica que o tipo documental é mais de “uso arquivístico”.

A Tipologia Documental, também chamada por alguns especialistas de Diplomática Contemporânea, é um campo de investigação novo, produto de uma atualização do desenvolvimento e revisão dos princípios formulados pela Diplomática Clássica (RODRIGUES, 2002). Segundo Gomes (2013, p. 29), a Tipologia Documental pode ser considerada como um método diplomático em direção à gênese documental, contextualizada nas atribuições, competências, funções e atividades de um determinado órgão produtor/ ou acumulador.

Outrossim, entende-se que a Diplomática Contemporânea, para Fonseca e Rodriguez (2017), é uma das abordagens mais recentes sobre os estudos diplomáticos e volta-se para a análise de documentos arquivísticos, especificamente dos tipos e tipologias documentais. É no campo da Diplomática Contemporânea que se pode discutir assuntos voltados para Diplomática Digital, que se volta aos documentos em formatos digitais. Desse modo, a Diplomática Contemporânea é um estudo voltado muito mais à gênese documental do que simplesmente à autenticidade formal dos documentos.

De outro modo, a Diplomática Arquivística ou muitas vezes entendida como Diplomática Contemporânea, como aponta Delmas (2010, pp. 150-151), “é indispensável para os arquivistas, na medida em que ela é a ciência do documento institucional, do documento

funcional e da informação orgânica”. Lembrando que o termo Diplomática Arquivística foi introduzido com mais ênfase pela arquivista italiana Luciana Duranti.

Para Rodrigues (2002, p. 47), a correta delimitação, considerado em função do seu contexto de produção, é de fundamental importância para definir sua classificação, valor para preservação (administrativo, probatório ou histórico) ou eliminação (descarte) e utilização.

Camoleze e Rodriguez (2019, p. 131) explicam que estudos de Tipologia Documental proporcionam reconhecer características semelhantes entre documentos, assim como entre a disposição de informações, por meio da análise de componentes externos e internos, permitindo serem integrados a uma série documental.

Para Camoleze e Rodríguez (2019), a Tipologia Documental consiste, portanto, em um instrumento para a uniformização de procedimentos metodológicos, no sentido de identificação de acervos documentais e tratamento da produção e organização dos documentos em arquivos. Aliado a isso, com base na análise dos autores, podemos incluir o plano de classificação e a tabela de temporalidade como ferramentas metodológicas que são elaboradas a partir da identificação, avaliação documental e gestão documental, com base nos preceitos da Diplomática e princípios arquivísticos.

Bellotto (1989) destaca que a tipologia documental pode ser aplicada: (I) **Quadro de Arranjo**: em que são analisados os arquivos permanentes, e no plano de classificação, no arquivo corrente; (II) **Descrição Documental**: momento em que há o esclarecimento dos conteúdos veiculados; ato de descrever e organizar o acervo, os documentos são recuperados por instrumentos de gestão (guias, catálogos, inventários); (III) **Serviço aos usuários**: a identificação das Tipologias Documentais, na facilitação do acesso aos documentos; a depender do nível de sigilosidade, existe uma classificação que estabelece o grau e temporalidade de acesso aos documentos (ostensivo, reservado, ultra-secreto); (IV) **Avaliação Documental**: proporcionar a elaboração de tabelas de temporalidade (instrumento que visa facilitar a vida útil do documento arquivístico) e plano de classificação (classificar os documentos oriundos da Administração Pública ou Privada).

No que tange ao documento de arquivo, tema que dará base para a discussão da próxima seção, segundo Delmas (2010, p. 130), ele é também caracterizado pelo fato de que se trata de algo que está inserido no processo de decisão de um ato, da elaboração de uma informação. Logo, o documento pode ser analisado como a materialização de uma determinada atividade por meio da informação em um suporte físico ou digital. A

materialidade da informação em um suporte físico é o que caracteriza o elo fundamental e o que dá identidade ao documento de arquivo, gerado em decorrência de atividades administrativas, jurídicas, científicas e históricas.

Diante do exposto, a seguir serão apresentadas algumas discussões acerca do gênero textual e a configuração da sua aplicabilidade na inter-relação discursiva em consonância com a Diplomática e Tipologia Documental.

3 GÊNERO TEXTUAL E A CONFIGURAÇÃO DA SUA APLICABILIDADE NA INTER-RELAÇÃO DISCURSIVA

A produção da informação inserida em suportes, que são responsáveis pela condução do sentido, perpassa pela estrutura desse suporte. Sendo assim, sua constituição evidencia já como pressuposto: implicaturas e acarretamentos referentes à condução das atribuições semânticas e pragmáticas na análise e interpretação de seu conteúdo. Somado a isso, é válido evidenciar que a estrutura do suporte é resultado de uma prática social, cultural, histórica ou científica, dessa maneira o resultado da significação também é condizente com as atribuições que são aplicadas decorrente de sua aplicabilidade e funcionalidade.

Frente às situações discursivas que perpassam pela estrutura do texto, é objetivo desta seção analisar as discussões de algumas teorias sobre gênero textual e discursivo a fim de compreender os processos de modelação da significação e da classificação da materialidade da linguagem na veiculação da informação. Sendo assim, exploraram-se as teorias propostas por M. Bakhtin (2011, 2017) e J. Fontanille (2012, 2019), com o fito de compreender as prerrogativas acerca da formatação do texto, bem como as diretrizes para organização de uma prática discursiva.

Quando se pensa na discussão acerca da estrutura do suporte que materializa a informação, destaca-se o pensamento de Mikhail Bakhtin (1895-1975) sobre os gêneros do discurso. Nessa linha, destaca-se a importância da interação com o outro, o que é denominado de alteridade para delimitar a importância da aplicabilidade dos gêneros do discurso.

Dessa maneira, ganha importância a ideia de diálogo na produção da informação, ou seja, o conceito de dialogismo fundamental para a consolidação da intertextualidade. Além disso, a configuração do enunciado para a consolidação do discurso perpassa pelas preocupações acerca da ética na evidência da estética, a qual é responsável pela modelação do discurso, não apenas pelo conteúdo veiculado, mas também pela expressão, ou seja, pela

formatação dos textos e como esses elementos básicos assumem papel tão fundamental para a construção da informação e da significação.

Nessa linha, pode-se destacar os métodos de análise propostos por Bakhtin, os quais são evidenciados por períodos: período fenomenológico, do qual é possível explorar a relação autor e documento, evidenciando a relação entre quem produz o texto e que veicula a sua informação, a qual Tzvetan Todorov reconhece que “tal relação não pode ser considerada com contingente” (BAKHTIN, 2011, p. xxvi), já que tal relação pode não existir. No entanto, se configura como indispensável, para que se construa em um todo, “pois o acabamento só pode vir do exterior, através do outro” (BAKHTIN, 2011, p. xxvi).

Já no período sociológico, é possível explorar a perspectiva de que há limitações na observação da interação humana sobre os produtos observáveis, assim evidenciando que, na construção do sentido, há uma relação de caráter primordialmente social, já que “a linguagem e o pensamento, constitutivos do homem, são necessariamente intersubjetivos” (BAKHTIN, 2011, p. xxvii). Além disso, há a valorização na construção do discurso para a evidenciação do sentido, pois “o discurso é acima de tudo uma ponte lançada entre duas pessoas, elas próprias socialmente determinadas” (BAKHTIN, 2011, p. xxvii).

Por fim, acerca do período histórico-literário, pode-se explorar a ideia de “pluralidade de vozes, presente na consciência dos locutores”, as quais se configuram de formas diferentes: “ou o discurso da obra é em si mesmo homogêneo, mas se opõe em bloco às normas linguísticas gerais; ou então a diversidade do discurso (a heterologia) se encontra representada no próprio interior do texto” (BAKHTIN, 2011, p. xxvii-xxviii).

Diante dessas circunstâncias, é importante evidenciar a aplicação da metalinguagem para a constituição do sentido aplicado à inter-relação dos gêneros na configuração dos aspectos de significação para a validação das informações aplicadas, porém é preciso apontar que o sentido é “elemento de liberdade que transpassa a necessidade”, ou seja, é “determinado enquanto ser (objeto) e livre enquanto sentido (sujeito)”, assim é preciso estar atento às questões de relatividade e, de fato, para a ciência, estabelecer a ordem do sentido, o qual deve ser absoluto, já que “o sentido nasce do encontro de dois sujeitos, e esse encontro recomeça eternamente”, portanto “o sentido é liberdade e a interpretação é o seu exercício” (BAKHTIN, 2011, p. xxxii).

A linguagem é fundamental para a construção da informação, assim, quando esta demarca a atividade humana, evidencia a presença de registros constituídos através de

símbolos, dessa maneira a linguagem é presente na expressão que se materializa pela aplicação de signos ou na formulação de discursos. Os discursos são evidenciados pela constituição dos enunciados, já estes “refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem”, esses aspectos efetivam a construção composicional (BAKHTIN, 2017, p. 11).

Ademais, aponta-se que o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional, ou seja, a forma como o texto é constituído em seu plano da expressão, “estão indissolavelmente ligados no conjunto do enunciado e são determinados pela especificidade de um campo da comunicação” (BAKHTIN, 2017, p. 12). Não obstante, a elaboração do enunciado individual evidencia tipos relativamente estáveis de enunciados, estes definidos por Bakhtin como gêneros do discurso, como exemplo pode se destacar tipos documentais, como certidão, relatórios, ofícios, memorando, entre outros.

Bakhtin, de certa forma, oferece uma teoria bastante profícua para se discutir a origem e os desdobramentos sociais em que os fenômenos informacionais e comunicacionais se efetivam na configuração de modelos estruturais na constituição de discursos que evidenciem as necessidades sociais de comunicação, assim como a funcionalidade desses modelos e a aplicabilidades desses contornos discursivos em práticas modeladas a priori. Contudo, o próprio Bakhtin evidencia o problema da heterogeneidade dos gêneros, sob o qual eclode a dificuldade para estabilizar um plano único de estudo.

No entanto, essa modalidade se aplica na configuração de um determinado gênero textual, ou seja, quando se trata de evidenciar um percurso de significação constituída pela inter-relação discursiva, fomentada pela interdiscursividade, promovida por vários textos que caracterizam vários gêneros a fim de representar um simulacro informacional, é preciso além de explorar as marcas sociais e estilísticas que configuram o modelo textual, também aplicar mecanismos teóricos para proporcionar uma análise dos fatores semióticos na transposição do sentido de um texto para a inter-relação entre vários textos, por isso aplica-se a essa reflexão fundamentos teóricos da Semiótica Discursiva, desenvolvida por Jacques Fontanille.

Para Fontanille, a evolução dos gêneros é recorrente, porque são vistos como “tipos de discursos, caracterizados essencialmente por sua modalidade argumentativa dominante e pela situação de comunicação social, política, filosófica ou jurídica” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa). Além disso, para o autor, “o gênero é um conjunto de convenções que definem a forma, a extensão, o referente e as modalidades de sua representação, tais

como os temas, as figuras e os registros autorizados da língua” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

Sendo assim, a Semiótica Discursiva propõe uma análise a partir dos níveis de pertinência, os quais são capazes de verificar os níveis de imanência dos estágios do percurso gerativo da significação, sendo estes: signos e figuras; estrutura do texto; objetos; cenas práticas; estratégias e formas de vida. Com isso, o nível de pertinência apresenta “a capacidade que tem o discurso de se estender e se encurtar, conseqüentemente “não deixa de produzir efeitos na forma de conteúdo e nas modalidades da representação” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa). Nessa linha, propondo uma interdisciplinaridade com os conceitos da tipologia documental, os signos, a estrutura e o objeto-suporte evidenciam a espécie documental, assim como as cenas práticas, as estratégias e as formas de vida são diretrizes para apontar o tipo documental.

Essa proposta oferece mecanismos para evidenciar aspectos semióticos decorrentes da escolha dos signos, sendo termos ou figuras, sendo texto verbal ou não-verbal. Além disso, sua aplicação na estrutura do texto, reconhece-se o gênero textual pela constituição do plano da expressão, ou seja, se há a presença de um cabeçalho, recursos de saudação, vocativos e despedidas, somado ao fato de evidenciar, por linhas semióticas, aspectos como assinatura, marca d’água, timbrado, selo, chancela, recursos que em seu estágio de imanência resgata interdiscursos para legitimar sua validade, que podem evidenciar a elaboração de uma carta, ou de um ofício ou certidão.

Ademais, ao se pensar uma interação entre objeto e construção de cenas práticas para configurar sua significação, observa-se a construção de cenas-predicativas, em que o objeto-semiótico ganha sentido e constrói uma significação na inter-relação com a cena e com os outros objetos-semióticos, os quais são organizados à base de estratégias delimitadas pela própria cena, pelos próprios objetos e pela própria prática, já que como resultado é necessário evidenciar formas de vida, que configuram um hábito, um protocolo, uma rotina, as quais são suscetíveis à repetição e à generalidade, situações inerentes à confecção de séries ou fundos documentais, a partir do qual o analista tem condições de nomear o documento decorrente de sua função informacional.

Outro ponto importante para a classificação, um gênero é definido sempre em contraste e comparação com outros gêneros, fatores que farão ser denominados como “típicos”, por isso o valor de um gênero deve ser formalizado ao ser aplicado a uma

determinada cultura, porque suas variações podem ocultar elementos se não forem aplicados de maneira solidária, por conseguinte é possível que o valor se altere diante dos critérios aplicados, como ocorre na sistematização da tipologia documental, visto que que uma cadeia de significação se confirma pelo confronto e comparação dos tipos documentais, pois é suscetível à “deformação coerente própria de cada gênero, o que quer dizer que obedece a um princípio de congruência interna do gênero e participa de seu constante esquema” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

É muito importante pensar o impacto do valor de um gênero, visto que este é decorrente da enunciação e a interação entre os interlocutores, pois uma análise centrada apenas nas estruturas textuais ou na materialidade do suporte pode não conseguir recuperar informações referentes às estratégias de produção do texto, muito menos elementos que representem formas de vida, no entanto esses elementos podem ser demarcados através da práxis enunciativa, pois, devido à análise cuidadosa dos níveis de imanência, o discurso confere os aspectos semióticos decorrentes de interdiscursividade.

Diante disso, a práxis enunciativa se apoia em quatro propriedades: a) estabilidade das categorias; b) esquematização do discurso; c) troca cultural; e d) congruências locais e provisórias. À medida em que os gêneros circulam entre as culturas, estão suscetíveis a transformações, da mesma forma que o tipo documental é evidenciado pelo reconhecimento de sua função, ou seja, é o discurso que direciona sua aplicabilidade no contexto informacional.

Nessa perspectiva, o estudo acerca do gênero exige princípios de categorização, os quais perpassam pelas ocorrências, pelos textos realizados, a relação entre os textos e a efetivação de interdiscursos. Dessa forma, os gêneros tornam-se objetos semióticos, os quais são formados pelos textos, materializados em suportes: estruturas, objetos e cenas práticas; e formados por discursos: práxis enunciativa, estratégias e formas de vida.

À guisa de organização, um gênero é definido mediante aspectos de coerência, coesão e congruência, os quais reunidos podem mensurar o controle de enunciação, assim um tipo discursivo será “definido por seu tipo de coerência, um tipo textual será por seu tipo de coesão” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa). Ademais, “um gênero deve regular pela maneira global e constante o encontro entre um tipo textual é um tipo discursivo”, já que é a congruência que “assegura a superposição dos elementos de coerência discursiva e a coesão textual” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa), ou seja, a

coesão é demarcada pelo plano da expressão, assim estruturando o texto; a coerência é demarcada pelo plano do conteúdo, evidenciando o discurso.

Diante dessa necessidade de classificação, Fontanille (2012) propõe os seguintes critérios: longo x breve; aberto x fechado. Sobre a classificação longo e breve, entende-se como um critério que pressupõe normas socioculturais, pois demarca uma “escala de evolução externa, porém implica além disso, na escrita, um certo tempo interno de enunciação” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa), a qual se correlaciona à duração do evento.

Já sobre o critério aberto e fechado, a preocupação recai na “relação entre a unidade de leitura e a unidade de edição”, podendo evidenciar que as possibilidades de leitura independem de sua estrutura, mas sim de seu conteúdo e como evidencia o sentido diante de determinados aspectos (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa).

Ademais, ainda é possível relacionar esses critérios, assim tem-se a recursividade, resultante da combinação entre os critérios aberto e longo; a fragmentação, resultante dos critérios aberto e breve; desenvolvimento, como resultado dos critérios fechado e longo; bem como concentração derivado dos critérios fechado e breve.

Nessa proposta, a análise recai sobre a funcionalidade diante da configuração da significação manifestada pelas marcas de coerência, coesão e congruência. Assim, a recursividade “caracteriza todos os procedimentos que permitem relançar e incorporar elementos indefinidos das estruturas textuais” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa), permitindo que a espécie documental seja reconhecido por diversos caracteres, como chancela, selo, ou assinatura, pois estes evidenciam a coesão; ou o tipo documental seja evidenciado pela função da espécie, como por exemplo carta-convite, em que o discurso legitima a presença do interlocutor a fim de que este se apresente diante de um determinado evento.

Por sua vez, a fragmentação “caracteriza aqueles gêneros que não oferecem mais que uma visão limitada e vaga de seu próprio referente, história, cena ou pensamento e que dão uma impressão de incompletude” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução nossa). Espécie documental que se caracteriza por memórias e gêneros epistolares, isto é, como tipo documental diário de bordo e cartas de amor ou carta de felicitações.

Ainda, a concentração “é a propriedade dos gêneros que, em um espaço textual reduzido, oferecem o essencial a seu propósito” (FONTANILLE, 2012, não paginado, tradução

nossa), em que a espécie documental teria função de mensagem objetiva, como telegrama, memorando. Por fim, o desenvolvimento “explode todas as possibilidades da expansão textual, porém mantendo-se sob controle de um esquema globalmente respeitado, o qual o possibilita ao texto seu encerramento”, sob o qual mantém fechada uma organização canônica de pesquisa e de questionamentos, como a própria elaboração da tipologia documental.

Nessa perspectiva, entende-se que os gêneros textuais são fundamentais para a compreensão das estruturas sociais previamente estabelecidas, as quais servem como orientação para a organização da informação na constituição do documento, fator que o aproxima da espécie documental, entretanto essa análise é limitada, pois, em se tratando do plano da expressão, limita-se às marcas de verificação por comparação.

Já expandindo a análise para o plano do discurso, é possível ampliar a investigação dos documentos, pois além das marcas de formalidade reconhecíveis na formatação do texto, o que o aproxima do tipo documental, é possível analisar a significação dessas marcas inseridas em um encadeamento de documentos, visto que estabelecem uma conexão de interdiscursos, reconhecendo, assim, seus emissores, proposições, intencionalidade, permissão, execução e autenticidade, alicerçando os critérios de providência, através dos níveis de imanência e a configuração da tipologia documental.

4 DIÁLOGOS ENTRE A TIPOLOGIA DOCUMENTAL E A SEMIÓTICA DISCURSIVA

A construção do sentido é fundamental para a legitimação da informação presente nos documentos, por conseguinte é primordial que tais documentos sejam condutores de informações verdadeiras. Nessa linha, reconhecer a tipologia documental, bem como estabilizar a relação informacional entre as espécies documentais que constituem o mesmo fundo documental requer, além da identificação dos documentos, a configuração do caráter orgânico dessas informações, configurando-os em tipos documentais.

Dessa forma, entende-se que, diante da correlação informacional entre documentos, contexto e finalidades, é possível estabilizar essa comunicação, pois há a produção de sentidos, ou seja, há uma ressignificação, portanto transformações na significação, visto que a organização dos documentos conduz, no mínimo, a um novo papel: provar o teor informacional produzido em um determinado contexto – demarcado por actantes, tempo e espaço – para as necessidades surgidas na contemporaneidade, ou seja, outros actantes, outro tempo e outro espaço.

Decorrente a isso, por se tratar de aspectos de transformação na significação, esta seção tem como objetivo debater as contribuições da Semiótica para o tratamento documental, visto que não se trata apenas de organização documental, mas também de organização da significação que se constrói, portanto, organização da informação.

Por sua vez, a Diplomática se constitui como uma metodologia analítica de investigação, a qual realiza estudos sobre o documento, evidenciando as relações expressas entre a forma documental e o contexto de sua produção, estabelecendo a relação entre espécie e função, assim lhe configurando autenticidade e fidedignidade, evidenciando aquilo que se denomina como Diplomática Contemporânea ou Diplomática Arquivística (LOPES; VITORIANO, 2018).

Nessa perspectiva, a análise de tipologia documental proposta pelo enfoque diplomático verifica a espécie documental, elemento sob o qual se aplica a análoga teoria, prevista pelas teorias da linguagem, assim reconhecendo-se fundamentos que configuram a denominação de gênero textual. Sendo assim, pode-se reconhecer sua estrutura e suporte, fatores que perfazem atributos estéticos, como por exemplo uma ata, uma carta etc., elementos que interferem na composição ética do documento, isto é, a constituição de elementos internos e externos que o validam.

Ainda nesse tocante, é importante para o enfoque arquivístico “verificar se um conjunto similar de atos é correspondente a um conjunto similar de documentos, ou seja, se constitui ou não uma série documental” (LOPES; VITORIANO, 2018, p. 447). Diante dessa necessidade técnica, pode-se reconhecer os princípios do dialogismo proposto por Bakhtin em sua teoria acerca de gêneros discursivos, assim podendo aplicar os fundamentos teóricos que evidenciam os aspectos fenomenológicos: reconhecendo autor, local, temporalidade, assim como se o conteúdo do texto é pertinente com a sua produção.

Além disso, a aplicação do aspecto sociológico contribui para a identificação dos aspectos sociais presentes nos documentos, pois a inter-relação dos discursos presentes nos documentos, bem como a relação com o discurso constituinte da série documental é decorrente de uma interação social, cultural e histórica, portanto é uma ponte de significação, configurando um sentido que nasce do encontro, marcado por uma pluralidade de vozes.

Nesse sentido, o enfoque diplomático avalia “se a sobreposição entre ato e documento tem autonomia em relação aos outros documentos do mesmo fundo”; por sua ordem, o enfoque arquivístico analisa “se os documentos que formam a série repetem informações similares” (LOPES; VITORIANO, 2018, p. 447). Frente a isso, pode-se dizer que os documentos se caracterizam como objeto-semiótico e configuram significações através da formulação de cenas práticas, os quais evidenciam a presença de formas de vida, permitindo que o discurso seja materializado através da práxis enunciativa, a qual modela o tipo documental, permitindo que seja compreendido como único dentro do contexto que configura a série documental, nessa correlação teórica, é denominado de tipo documental.

No entanto, sua autenticidade é decorrente do conjunto de simulacros que se materializam na práxis enunciativa, a qual é correspondente ao seu nível de imanência. Assim, o processo de veridicção é aplicado diante dos elementos expressos e de sua valência na correspondência de autoridade, como por exemplo um selo que atua como um ícone de sua autoridade, ou seja, não é a autoridade, mas materializa a autoridade através de um símbolo que a substitui, por isso é semiótico.

Dessa maneira, ao analisar os níveis de imanência dos documentos que compõem uma série é possível evocar formas de vida, devido à presença dos elementos de coesão, de coerência e de congruência, ou seja, tem-se a espécie documental reconhecida por sua coesão de elementos estruturais; o tipo documental especificado decorrente de sua coerência entre discurso e função; e a tipologia documental garantida pela congruência, inicialmente formalizada pela fórmula documental acrescida de função (tipo documental), mas, de fato, a evidência, através dos níveis de imanência, da legitimidade dessa informação.

Outrossim, o documento assumindo o papel de objeto-semiótico garante-lhe o patamar de unicidade, por ser único no contexto com propósito pontual; organicidade, como espelho da estrutura, função e atividades de que o sistematizou, assim podendo evidenciar posteriormente a práxis enunciativa e procedimentos de veridicção; a indivisibilidade, responsável pela confecção do fundo, decorrente do conjunto de cenas predicativas; e a proveniência, princípio de agrupamento de agrupamento de documentos como as instituições os criaram (CUNHA; MASCARENHAS, 2014), fator que dialoga com as formas de vida, o que garante a constituição efetiva da tipologia documental.

Nessa perspectiva, pode-se destacar a constituição da espécie documental, devido à sua fórmula, ocorrência à qual podem ser designadas as contribuições teóricas do gênero textual. Somado a isso, esse documento, fundamentado pelas cenas-predicativas constitui-se em objeto-semiótica, que devido à sua composição longo x breve / fechado x aberto, obtém suas combinações que se caracterizam por unidades de leitura e edição denominados de recursividade, fragmentação, concentração e desenvolvimento, elementos que ampliam a função de gênero textual evidenciando sua função social através da manifestação do gênero discursivo. Frente a isso, tem-se um exemplo demonstra no quadro abaixo:

Quadro 1 - Variações tipológicas e discursivas

Espécie Documental	Unidades de leitura e edição				Função	Tipo Documental	
	Recursividade	Fragmentação	Concentração	Desenvolvimento			
Telegrama	Cabeçalho	x	Mensagem curta com descrição completa	Cenas predicativas Caracterização do objeto-semiótico Formas de vida (ethos)	Assembleias	Telegrama de diplomatas	
	Vocativo						
	Assinatura, carimbo e selo	x	Mensagem curta com descrição completa		Trabalho	Telegrama de admissão/demissão	
		Mensagem com descrição fragmentada	x		Pessoal	Telegrama Pessoal	

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

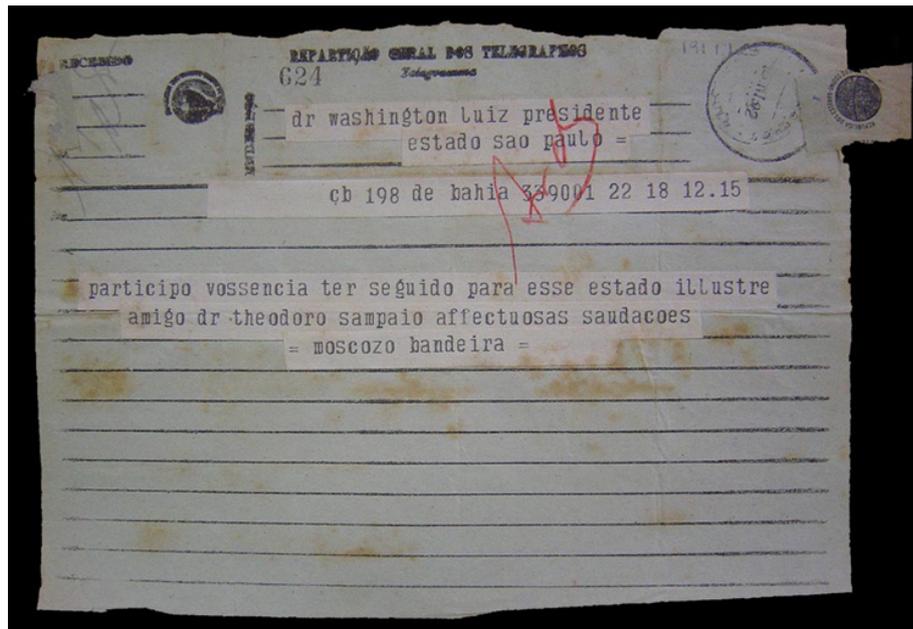
O quadro 1 demonstra a contribuição da Semiótica Discursiva para a aproximação teórica que envolve gênero textual, gênero discursivo com a teoria da Tipologia Documental, em que se analisa os aspectos que evidenciam a espécie documental e o tipo documental. Nessa perspectiva, tem-se a compreensão de que a espécie documental se aproxima do gênero textual. Sendo assim, as unidades de leitura e edição, que são resultados das manifestações discursivas decorrentes dos níveis de imanência, determinam os tipos de discurso.

A recursividade contribui para o reconhecimento da coesão, elementos que garantem a estrutura do documento, sob o qual impera a práxis enunciativa, que pode ser fragmentada, quando a mensagem apresenta descrição interrompida, inacabada ou descrição insuficiente, pode também ser concentrada, quando a mensagem tiver a manifestação discursiva curta, embora a descrição seja completa, ou seja, cumpre seu objetivo informacional. Por outro lado, a espécie pode não apresentar características fragmentadas tampouco concentrada, ao se tratar de documentos com enunciados longos e abertos, ou mesmo, longos e fechados.

Já o desenvolvimento está próximo à função, que será determinante para a classificação do tipo documental, pois, como já visto na seção 3, são as cenas predicativas que evidenciam as estratégias e as formas de vida, as quais estabelecem o enunciador como actante do discurso, evidenciando as dinâmicas enunciativas que evidenciam o *ethos*, ou seja, os valores, a conduta, o comportamento que envolvem o teor da mensagem veiculada pelo documento. Portanto, é sua caracterização como objeto-semiótico que oferece a condição ao arquivista de classificar o tipo documental, além de conduzir a constituição como tipo documental, através da inter-relação dos níveis de imanência presentes na constituição dos documentos para a fundamentação da tipologia documental.

Sendo assim, observa-se essa aplicação no exemplo abaixo:

Figura 1 - Telegrama



Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo (2021).

Por fim, como recurso ilustrativo, observa-se o telegrama (figura 1). Inicialmente, pode-se ser classificado como telegrama devido à sua composição de gênero textual, evidenciado por sua estrutura material, assim aproximando-o da identificação de espécie documental. Como recursividade, reconhece-se, em seu nível de imanência, o timbrado, carimbo, cabeçalho, rubrica em vermelho. Ademais, apresenta aspectos de fragmentação, já que a mensagem não apresenta descrição completa, assim não podendo ser verificado como concentração, embora essa unidade seja característica desse tipo de documento. Sobre o desenvolvimento, há a enunciação de forma de vida, evidenciando a resposta frente a um possível convite, no qual a contestação é a marca discursiva presente no verbo “participo”, o qual precede a cena predicativa que envolve a cordialidade através da palavra “amigo” e “affectuosas saudacoes”, a receptividade frente à visita, além da valorização do Estado da Bahia, pela presença do destinatário, assim o documento gera significação decorrente dos aspectos semióticos que configuram sua função, a qual está centrada na confirmação da participação, portanto denominada como telegrama de participação na configuração de tipo documental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos são recursos importantes na organização da informação, além disso são responsáveis pela sua materialização e veiculação. Somado a isso, documentos podem estar inter-relacionados a outros documentos para constituir um seguimento de significação

e, assim, garantir legitimidade ao conteúdo veiculado. Nessa linha, a Diplomática é fundamental para garantir a autenticidade desses documentos. Ademais, os documentos são estruturados seguindo padrões sociais, conforme formatações consagradas pela manifestação em grupos e nas práticas sociais, ou seja, a construção da tipologia documental se confirma na alteridade, pois a gênese documental se efetiva na inter-relação com o outro.

Frente a isso, esta pesquisa evidenciou a importância das inter-relações entre os documentos para a configuração da significação e, portanto, a importância da aplicação da Semiótica para tratar dessa significação, já que o documento é constituído de signos que estão no lugar de instituições, de práticas, de grupos, fatores que evidenciam a forma do documento marcado pela significação produzida pelo plano da expressão, além de evidenciar discursos, que permitem a verificação de marcas de poder, controle, decisões, configurados pela correlação de informações que efetivam o interdiscurso.

Além disso, esta pesquisa apresentou uma proposta profícua a fim de correlacionar os tipos documentais aos gêneros textuais e, assim, efetivar práticas para classificar sua condição de aberto x fechado, longo x breve, além da sua configuração como espécie documental estruturada pela coesão, inerentes aos aspectos textuais. Outrossim, também demonstrou a possibilidade de reconhecer o tipo documental pela aplicação das unidades de leitura e edição, além da tipologia documental pelas características dos gêneros discursivos, evidenciando a coerência na inter-relação das informações na construção da significação, bem como o papel da congruência para garantir a unidade sistematizada no interior de um contexto eficaz para estabelecer a representação de um fato administrativo, histórico ou jurídico, evidenciando o *ethos* na configuração de formas de vida. Ademais, aplicar a Semiótica Discursiva na análise documental para evidenciar a tipologia documental garante, através dos níveis de imanência, não apenas a classificação do documento, mas também a sua autenticidade.

Portanto, esta pesquisa apresentou, como avanço, as contribuições da Semiótica para autenticidade de todos os elementos abordados na atuação da Diplomática na análise de documentos, através da investigação dos valores de significação decorrentes dos níveis de imanência presentes na configuração de objetos-semióticos, os quais são evidenciados pelas cenas predicativas produzidas através dos níveis de pertinência da significação.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Guia do Acervo Washington Luís**. 2021. Disponível em: <http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/washington-luis;isad>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BELLOTTO, H. L. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. **Cadernos BAD**, n. 2, 1989.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002. 120 p. (Projeto como fazer, 8).

BELLOTTO, H. L. A Diplomática como chave da teoria arquivística. **Archeion Online**, p. 3-2, 2015.

CAMOLEZE, J. M. C; RODRÍGUEZ, S. M. T. Produção e tipologia documental de movimentos sociais: estudo sobre o arquivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras do Brasil (MST). **Informação em Pauta**, v. 4, n. 2, p. 121-136, dez. 2019.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Editora Briquet de Lemos, 2008.

CUNHA, M. M. de P. da; MASCARENHAS, F. S. A Diplomática contemporânea como instrumento para a organização da informação em arquivos. **Em Questão**, v. 20, n. 2, p. 28-43, 2014.

DELMAS, B. Manifesto para uma diplomática contemporânea. *In: Arquivos para quê?* Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FONSECA, G. A. da; RODRIGUEZ, S. M. T. O legado do método diplomático e a identificação documental: contribuições para a organização do conhecimento. *In: Tendências atuais e perspectivas futuras em organização do conhecimento*. [S. l.]: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2017. p. 1001-1009

FONTANILLE, J. **Semiótica y literatura: ensayos de método**. Trad. Desidero Blanco. Lima: Universidad de Lima; Fondo Editorial, 2012.

FONTANILLE, J. **Semiótica do discurso**. Trad. Jean Cristus Portela. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

GOMES, D. C. **Análise Tipológica e Descrição Arquivística: um olhar para a história da desapropriação de terras na construção da UFSM**. 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2013.

HEREDIA HERRERA, A. Ciencias y técnicas auxiliares de la archivística. *In: Archivistica General: teoría y práctica*. 5. ed. act. Y aum. [Sevilla]: Servicio de publicaciones de la diputación de Sevilla, 1991.

HEREDIA HERRERA, A. En torno al tipo documental. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul./dez. 2007.

LOPES, G. A.; VITORIANO, M. C. C. P.; VITORIANO, M. C. C. P. Os tipos documentais e as atribuições, funções e atividades da área de relações com investidores das companhias abertas no Brasil. **Ágora**, v. 28, n. 57, p. 439-465, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/101486>. Acesso em: 05 abr. 2021.

RODRIGUES, A. C. **Tipologia documental como parâmetro para gestão de documentos de arquivo: um manual para o município de Campo Belo (MG)**. 2002. 780 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP-FFLCH), São Paulo, SP, 2002.

RODRIGUES, A. C. Diplomática como base para a construção do método de identificação do documento de arquivo. **Revista de fontes**, v. 7, n. 13, p. 55-77, 2020.

RODRIGUEZ, S. M. T. A tipologia documental como instrumento para seriação de documentos. *In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (org.). Estudos Avançados em Arquivologia* Marília. SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

RUIPÉREZ, M. G. La denominación de tipos, series y unidades documentales: modelos. *In: SEMINÁRIO DAR NOME AOS DOCUMENTOS: DA TEORIA À PRÁTICA*, 2013, São Paulo. **Dar nome aos documentos: da teoria à prática**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015. 347 p.

TERUYA JÚNIOR, H. N. **Produção e Tipologia Documental no Âmbito das “Forças Policiais” na Província de Mato Grosso (1823-7889)**. 2013. 85 f. Monografia (Especialização *Lato Sensu* Gestão em Arquivos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Cachoeira do Sul, RS, 2013.

TOGNOLI, N. B. A origem do método diplomático como subsídio à organização da informação arquivística: um estudo a partir das obras de Diplomática. *In: RIBEIRO, Fernanda; CERVEIRA, Maria Elisa (org.). Informação e/ou conhecimento: as duas faces de Jano*. 1. ed. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – CETAC; Media, 2013. Vol. 1, p. 675-687.

TOGNOLI, N. B; GUIMARÃES, J. A. C. Contribuições da metateoria para o método diplomático em Arquivologia. **Ciência da Informação**, v. 42, n. 1, 2013.